

## UBERLÂNDIA, CIDADE EM DISPUTA: RELAÇÕES CLASSISTAS EM FINS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI <sup>1</sup>

Carlos Meneses de Sousa Santos <sup>2</sup>

**Resumo:** Busquei, neste trabalho, reunir, a partir das lutas de trabalhadores pelo acesso ao atendimento médico no serviço público, questões que tratam da condição de dominação de classe enquanto uma relação classista. Empenhei-me em discutir o modo como a desigualdade deixa marcas, mas que não anula a potência dos trabalhadores, que não retira a consciência que possuem sobre a vida que levam. Ao mesmo tempo, também pretendi evidenciar que suas ações apontam um processo aberto de confrontação de interesses e valores ao se disputar a cidade. Este artigo compõe o interesse em se pensar o que significa ser trabalhador na cidade de Uberlândia, no final do século XX e início do século XXI.

**Palavras-chave:** relações classistas, movimentação social, cidade, trabalhadores.

**Abstract:** In this article I try to discuss the medical care public service in Uberlândia city from workers' struggles and class domination. I tried to show how inequality determine the workers' life, but don't eliminate the power of workers. At the same time, I have trying show too how some practices of workers indicate an open struggle in turn of city and it places. Thus, this article intends to discuss the felling of workers when tramp in Uberlândia during late twentieth and early twenty-first century.

**Keywords:** classes struggles, social movements, city, workers.

Mustafá, um funileiro automotivo, procurou o Ministério Público de Minas Gerais com a expectativa de que pudesse conseguir o tratamento médico que sua filha de seis anos necessitava. Esteve na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde em junho de 2006. Assinou o Termo de Declaração que a oficial do Ministério Público formulou a partir do seu relato. O Termo tratou das dificuldades enfrentadas ao buscar o atendimento médico de sua filha no Sistema Público de Saúde em Uberlândia.

Declarou que sua filha, de 06 anos, tem hipertrofia de adenóide, diagnosticada há aproximadamente um ano, quando lhe foi indicada a realização de cirurgia, já tendo sido emitida, inclusive, sua AIH; que no ano passado sua filha foi chamada pelo HC para fazer alguns exames necessários à cirurgia e, após a realização de todos eles, lhe foi informado que o hospital estava em greve e que a cirurgia de sua filha só seria agendada após o retorno do atendimento; que quando o HC retomou o atendimento, o declarante apresentou o resultado dos exames feitos, tendo sido informado que aqueles exames “não valiam mais” e que seria necessário fazer tudo de novo; que desde então, sua filha não foi mais chamada pelo HC para realizar novos

---

<sup>1</sup> Este artigo tem como referência as discussões desenvolvidas no 3º capítulo da minha dissertação de mestrado, defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. O trabalho foi apresentado com o título de: *Ser trabalhador na cidade: Relações de classe em Uberlândia – Fins do século XX e início do século XXI*.

<sup>2</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor na Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Itumbiara.

exames e seu estado se agrava a cada dia; que em decorrência do problema, sua filha não está mais conseguindo respirar pelo nariz e sente muita dificuldade de respirar pela boca, tendo a família que usar de artifícios (uma “dentadura” de plástico) para que sua filha durma com a boca aberta e consiga respirar; que o declarante tem percebido, inclusive, que sua filha está apresentando certa dificuldade de audição, que, acredita, pode estar sendo causada pela obstrução do nariz; que sua filha também possui uma hérnia na virilha, que precisa ser retirada e, de acordo com os médicos, seria tentado o agendamento concomitante das duas cirurgias, para que fosse dada apenas uma anestesia; que o declarante entende que o caso de sua filha tem que ser encarado como urgente, uma vez que o mesmo pagou por um exame particular, que constatou que o nariz dela estava 90% obstruído, o que lhe acarreta dificuldades até mesmo para comer, que por este motivo, solicita providências dessa Promotoria de Justiça, a fim de que as cirurgias de adenóide e de hérnia de que sua filha necessita sejam agendadas o mais rápido possível, antes que a mesma tenha complicações mais sérias.<sup>3</sup>

O modo como estes documentos são produzidos supõe, por parte de seus responsáveis, um julgamento isento. Sendo que as atuações de pessoas como Mustafá são sugeridas como litigantes, onde as experiências de desigualdade podem ser tratadas como noções a serem consideradas de pertinência ou relevância legal, caso sejam aceitas pela promotoria. Essa formulação expressa, a meu ver, o teor classista da relação estabelecida. A desigualdade está formulada na própria possibilidade de determinados sujeitos em se situarem acima da tensão social. Seus julgamentos são propostos como organizadores das relações de desigualdade, que os sustentariam como legalmente diferenciados e legítimos.

Na Promotoria de Justiça do Cidadão, os “procedimentos administrativos”, conduzidos pelo Ministério Público Estadual ao Poder Público, julgam se é procedente, ou não, as reclamações feitas por cidadãos que se sentem lesados em seus direitos. Como foi o caso de Mustafá ao tratar das dificuldades enfrentadas pela família quando não conseguiu o atendimento médico-hospitalar público exigido pelas condições de saúde por que passava sua filha. O Termo traz em suas linhas os valores de classe de um promotor que se quer o guardião da cidadania, assim como os limites de uma relação de desigualdade que formula a possibilidade de atuação dos sujeitos que recorrem a essa instituição, negociando seus interesses ao compartilharem a cidade.

O que me instigou a procurar esses documentos é o fato de que os percebo como a expressão de um termo de relação entre desiguais. Esse encaminhamento é proposto devido o interesse em evidenciar as práticas empreendidas por trabalhadores nas relações de poder mantidas ao viverem a cidade, as quais, muitas vezes, colocam em xeque suas possibilidades de resolverem questões essenciais para prosseguirem suas vidas, como instiga Almeida (2006), quando analisa os trabalhadores empobrecidos que se dirigem à luta pela terra, investigando as expectativas que constroem nessa relação.

O caso encaminhado por seu Mustafá é indicativo da insegurança vivida por muitos trabalhadores ao lidarem com doenças e casos crônicos que avançam em familiares. A

---

<sup>3</sup> MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Termo de Declaração. Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia e Mustafá (pseudônimo). Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 05 de junho de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n.º. 065/07, abr. 2007. Essa documentação encontra-se arquivada na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, com sede em Uberlândia.

ascendente piora, por vezes com possibilidades de morte, é uma realidade que caminha ao lado das alternativas que, contra o tempo, são produzidas pelos trabalhadores. Nesse caminho, a busca ao Ministério Público é um modo de colocar em movimento o enfrentamento de desigualdades experimentadas na situação em que formula suas relações e condições de vida.

Intrínseco ao documento está formulada a noção de que o que consta no Termo são as declarações feitas pelo Sr. Mustafá. Pelo padrão de conduta proposto pelo Ministério Público, a partir daquele momento seria realizada uma constatação, ou não, da veracidade da argumentação.

Entendendo a necessidade de impressionar o promotor, Mustafá levou o que seria todas as solicitações de consultas, exames e cirurgias, emitidas pelos respectivos laudos médicos, as quais constam como anexos no Procedimento Administrativo que foi aberto. Essa prática expressa a percepção de que o promotor deveria ser convencido da situação de dificuldade experimentada, sendo que poderia não se sensibilizar com “qualquer coisa”. O Sr. Mustafá sabia que a dificuldade para o acesso ao serviço público de saúde não era particularidade de sua filha, e que, provavelmente, eram muitas as reclamações feitas ao promotor. Portanto, a sua devia ser muito bem substanciada, caso contrário poderia ser descartada sem ao menos ser considerada, ou, ainda, não ganhar a condição de urgência que estava propondo frente à situação por que passava.

Reconhece a urgência de muitos outros que também recorrem ao Ministério Público, na concorrência por esse e outros atendimentos e procedimentos cirúrgicos. O Sr. Mustafá dá visibilidade às suas limitações de encaminhar um tratamento privado, portanto todos os documentos são imprescindíveis para que sua necessidade seja legitimada pela gravidade da doença de sua filha, bem como pelas suas condições de vida.

O promotor, Sr. Lúcio Flávio, dando andamento à averiguação do exposto no Termo de Declaração, enviou, uma semana depois, a seguinte solicitação ao Diretor do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

Em cordial visita, sirvo-me do presente (...) para encaminhar o Termo de Declarações (...) da paciente deste Hospital, solicitando informações no que tange à necessidade ou não da mesma ser submetida às intervenções cirúrgicas mencionadas no Termo de Declarações, bem como se, em caso positivo, já houve o agendamento para a realização de tais procedimentos. Ressalta-se que, de acordo com as informações prestadas pelo genitor da menor, a mesma já até foi submetida, no próprio Hospital de Clínicas, a exames necessários à realização da cirurgia, não tendo estas sido agendadas na época, em decorrência da paralisação dos servidores deste hospital. Solicito ainda que, caso não haja indicação cirúrgica, para o presente caso, seja agendada uma nova avaliação para a menor, tendo em vista as informações prestadas por seu genitor, de que a mesma está com dificuldades para dormir e comer, por causa da respiração, apresentando, ainda, perda auditiva.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Ofício. Solicita informação do Diretor Clínico do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 12 de junho de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n.º. 065/07, abr. 2007. Essa documentação encontra-se arquivada na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, com sede em Uberlândia.

Percebe-se, em relação ao enunciado, que a queixa está sob suspeita. Para o promotor, quem decide sobre a veracidade das questões apontadas na declaração de Mustafá é o Diretor do Hospital de Clínicas. Parece não haver litígio a ser arbitrado. Parece-me evidente a desconfiança do Sr. Lúcio Flávio em relação ao diálogo que manteve com o Sr. Mustafá.

A partir do contato que tive com outros Termos de Declaração, tendo em vista o padrão das respostas elaboradas pela Direção do Hospital, evidencia-se, no posicionamento do promotor, a noção de que há um exagero recorrente nas questões apresentadas pelos sujeitos que o procuram. Desconfia que isso é devido à expectativa de que possam vir a conseguir o atendimento de suas questões com “maior facilidade”. Expectativa que, “em exagero”, poderia acabar “subvertendo os caminhos adequados” para o encaminhamento médico. O que exigiria dele uma “postura responsável”, conforme me confidenciou, em julho de 2008, quando falava da dificuldade do cumprimento de seu trabalho, ao tratarmos da liberação dos documentos para a realização da pesquisa.

Contudo, o diálogo com o Sr. Mustafá foi suficiente para que o promotor colocasse em movimento sua condescendência de classe. A prática formulada pelo funileiro, frente ao sofrimento exposto de sua filha, parece ter comovido o homem da justiça. Essa percepção não desconsidera a necessidade de uma eventual resposta que a situação exigia de sua Promotoria. Contudo, a solicitação elaborada no último parágrafo do documento, enviado ao Diretor do Hospital de Clínicas, pode apontar para o comprometimento que formulou na relação de desigualdade que manteve com o trabalhador que o procurou.

A resposta enviada pelo Diretor do Hospital, passada mais de duas semanas, serviu para confirmar suas suspeitas. Tanto a de que Mustafá poderia ter exagerado, quanto a de que sua filha se encontrava realmente doente e com dificuldades em ser atendida. Segundo a direção do Hospital, o único atendimento realizado à menina de seis anos foi o de “urgência no Setor de Otorrinolaringologia Pediátrica e que ainda não houve qualquer encaminhamento para realização de cirurgias”. No entanto, frente à solicitação do promotor, o Hospital marcou a consulta de avaliação para o mês seguinte<sup>5</sup>.

A resposta da Direção do Hospital de Clínicas contradiz a declaração feita por Mustafá. Contudo, não se posiciona sobre o que não há contradição na discussão, a dificuldade de atendimento para quem depende do serviço público de saúde. Pelo contrário, apenas evidencia a insuficiência do atendimento oferecido ao protelar por mais um mês a marcação da consulta, expondo, ainda, que o atendimento emergencial, feito no Pronto Socorro, é, muitas vezes, apesar das longas filas, uma das poucas possibilidades de se conseguir o atendimento médico no serviço público, mesmo que, em várias ocasiões, insatisfatório, devido sua característica de intervenção pontual.

Não ter acesso ao atendimento para questões como a adenóide, surdez e hérnia, tendo que criar maneiras as mais inusitadas, devido às dificuldades enfrentadas, conforme

---

<sup>5</sup> MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Ofício. Presta esclarecimentos ao Ministério Público. Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 18 de junho de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n°. 065/07, abr. 2007. Essa documentação encontra-se arquivada na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, com sede em Uberlândia.

narradas pelo pai de uma criança de seis anos, que se vê impelido a adaptar uma dentadura de plástico para amenizar a agonia da filha, ou propor uma mesma anestesia para que sejam tratados dois problemas que tanto sofrimento e preocupação causam à família, é uma dificuldade partilhada por muitos dos trabalhadores que, ao procurarem o serviço público, precisam de atendimento cardíaco, ortopédico... Especialidades que travestem as experiências de desigualdade social de uma asséptica noção de administração da saúde pública, que, para além das inevitabilidades causadas pelas enfermidades, as mais variadas, revelam um campo de relações extremamente tenso. O lidar com essa documentação instiga olhar mais de perto para essas tensões intrínsecas à sua constituição, os envolvidos, muito mais do que a temática em questão, destacam a correlação de forças em que se faz as relações de poder, como também as contradições que permeiam essas práticas.

Ao se viver a cidade de Uberlândia, essa condição é comum à grande maioria dos diversos trabalhadores. Nesse sentido, a prática construída por Mustafá, ao procurar o Ministério Público, fez-se enquanto uma possibilidade de diálogo a partir das relações vividas na cidade, disputando, mesmo que em desigualdade, a possibilidade de atendimento médico, já que percebe que o promotor, advogado Lúcio Flávio, pode conseguir o que a ele é negado. Penso que mesmo o atendimento para a reavaliação da saúde de sua filha só foi possível, nesse caso, a partir da intervenção do promotor. Percebo esse diálogo como a movimentação social das relações classistas.

Colocar em questão experiências como essa pode ser importante para discutirmos a historicidade das relações que estamos vivendo. Em ofício enviado pelo Diretor do Hospital de Clínicas, Sr. Hélio Lopes Silveira, ao Promotor, Sr. Lúcio Flávio, há evidências que expressam a permanência da dominação de classe:

Informamos a Vossa Senhoria que a paciente foi atendida no dia 07/07/2007 no Ambulatório de Otorrinolaringologia Infantil, que sua AIH foi cadastrada em 10/10/2006, que não há informação de urgência no seu caso e que no momento não há qualquer previsão para a realização de sua cirurgia.<sup>6</sup>

Foi essa condição social que me instigou a escrever este trabalho. Não quero provar que o trabalhador Mustafá falava a verdade e foi injustiçado, muito menos que o Promotor de Justiça, auxiliado pelo Diretor do Hospital de Clínicas, o desmentiram tecnicamente. Esses laudos, tanto o jurídico, quanto o médico, compõem as lutas formuladas nas práticas da tensão social ao se viver a cidade em desigualdade, assim como traz toda a elaboração construída pelo pai de uma criança de seis anos, que não consegue o atendimento médico para sua filha, mas que também não fica em casa, apático, desmobilizado e inconsciente das relações de desigualdade na sociedade que vive. A vida, por mais dura que seja, desafia a luta dos homens que estão postos na condição de explorados.

Entendo que o direito à cidade está expresso na expectativa do atendimento médico como possibilidade comum a ser partilhada pelos moradores de Uberlândia, tanto quanto a

---

<sup>6</sup> MINAS GERAIS. Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça do Cidadão/Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde. Ofício. Presta esclarecimentos ao Ministério Público. Promotor: Lúcio Flávio de Faria e Silva. Uberlândia, 14 de novembro de 2006. *Procedimento Administrativo*, [Uberlândia], n.º. 065/07, abr. 2007. Essa documentação encontra-se arquivada na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, com sede em Uberlândia.

conquista da casa, o acesso ao transporte público e muitas outras expectativas mantidas nos modos de vida dos diversos trabalhadores. As desigualdades de classes continuam se fazendo na dinâmica de luta das relações sociais. Essa permanência histórica continua exercendo pressões e fixando limites aos trabalhadores. Continua como agenda do tempo presente e como desafio do tempo que está por vir. Esse suposto advém, em grande medida, de uma percepção do processo histórico como esse campo de forças sociais que se coloca em disputa a partir do modo de vida dos trabalhadores, isto é, do modo de luta que instituem historicamente (THOMPSON, 1998).

Em julho de 2008, relacionando-se com o *Jornal Correio de Uberlândia*, o Presidente do Conselho Regional de Medicina, Alexandre Meneses, posicionou-se diante da demanda de 20 mil procedimentos médicos já reconhecidos como necessários a serem realizados pelo próprio Poder Público Municipal:

Na avaliação do presidente do Conselho Regional de Medicina, Alexandre Meneses, a situação de Uberlândia não causa espanto. “Os números não podem ser avaliados isoladamente. O atendimento à saúde básica de Uberlândia é satisfatório” (...) “Acredito que existam (ao todo) cerca de 20 mil indicações [que estão na fila]. Todos precisam ser feitos, mas serão feitos quando der”, afirmou o médico, explicando que uma indicação não significa uma intervenção imediata e os 20 mil são referentes a todas as especialidades.<sup>7</sup>

A avaliação técnica, forjada na competência informada em sua condição de classe, permite a tranquilidade dos justos: “Todos precisam ser feitos, mas serão feitos quando der”, “O atendimento à saúde básica de Uberlândia é satisfatório”. Como são difíceis os diálogos com esses sujeitos, parece que temos que convencê-los de que nós também precisamos ser atendidos, que os conhecimentos médicos também devem estar disponíveis aos trabalhadores no sistema público, com a urgência que só a doença consegue formular com tamanha clareza.

A reportagem do *Jornal Correio de Uberlândia*, composta por cinco quadros temáticos, ganhou uma página inteira. O último quadro foi uma entrevista com o promotor Lúcio Flávio, a qual indicou que o Ministério Público havia determinado a realização de mutirões para que os pacientes que se encontravam na fila fossem atendidos. O Ministério Público Estadual atua propondo “ações de interesse coletivo”, onde os muitos Termos de Declaração, como os do Sr. Mustafá, são propostos como subsídios para estas ações.

Um dos cinco quadros que compõe a reportagem é intitulado, pela repórter Gleide Corrêa, *Pacientes reclamam da espera*. Os que esperam nas filas estão em lugar separado das argumentações das autoridades, que ocupam os outros quatro quadros para explicar, ou procurar justificar, as longas esperas pelo atendimento no serviço público, assim como os seus possíveis encaminhamentos. A composição da matéria parece deixar claro qual é o comprometimento editorial formulado no jornal.

No entanto, apesar da organização formulada pela repórter e pelos editores do jornal, a reportagem deixa perceber a tensão que é vivida no conjunto dessas relações. Os

---

<sup>7</sup> CORRÊA, Gleide. 2,8 mil pessoas aguardam por uma consulta no HC. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 jul. 2008, p.B-3. Caderno Cidade/Segurança. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia.

sujeitos que partilham esse campo confrontam seus interesses e valores de uma maneira que me pareceu bastante conflituosa. Veja como Jane Martins da Silva se colocou quando foi interpelada pela reportagem do *Jornal Correio de Uberlândia*, frente à sua presença na fila do ambulatório do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

A espera para quem está na fila parece interminável. A dona de casa Jane Martins da Silva esperou um ano para ser encaminhada para a cirurgia de vesícula. Para sua surpresa, ao fazer a checagem, descobriu que os exames pré-operatórios realizados também pela rede pública de saúde já haviam expirado. Cinco meses depois, ela está de volta à fila para refazer os exames sem ter a certeza de que o novo procedimento será marcado dentro do prazo de validade dos exames. “Aqui é igual uma guerra. Lá [na guerra] eles escolhem quem vão morrer. Aqui eles escolhem quem vão ser tratados”, disse Jane Martins, que chegou ao ambulatório antes das 4h para ser uma das primeiras a ser atendida.<sup>8</sup>

Assim como no Termo de Declaração do Ministério Público Estadual, acredito que na reportagem do *Jornal Correio de Uberlândia* também se expressa uma relação entre desiguais. Penso que essa movimentação compõe o campo de possibilidades das relações classistas que vivemos.

Além de ter madrugado na fila, como forma de procurar vencer a concorrência entre os que, como ela, precisavam do atendimento público, Jane Martins da Silva não se absteve frente à condição de dar visibilidade às dificuldades por que passava, atuando na possibilidade de poder ser atendida frente a exposição de sua condição. A deferência foi atravessada por interesses firmados na condescendência classista, tanto por parte da repórter, quanto por parte da mulher que buscava o atendimento médico.

Tanto Jane Martins da Silva, quanto a repórter Gleide Corrêa, sabiam com quem estavam falando. A repórter julgava estar dando voz aos que sofriam nas filas do atendimento público de saúde. Uma maneira de buscar legitimar a reportagem que apontava para a ação dos agentes públicos no enfrentamento da precariedade do serviço de saúde oferecido aos trabalhadores na cidade. Enquanto Jane Martins da Silva disparava que, “Aqui eles escolhem quem vão ser tratados”, não perdeu a chance de fazer uso da reportagem do jornal para deixar evidente a responsabilidade dos que podem estar decidindo entre o alívio e a dor, a vida, ou a morte, de milhares de trabalhadores submetidos à condição da dominação de classe.

Em janeiro de 2009, quando conversei com Sebastião, que trabalha no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia desde o ano de 1980, perguntei a ele como era conviver diariamente com situações como essa. O auxiliar de enfermagem, que hoje se encontra em disfunção do seu cargo, colocou-se da seguinte maneira frente à questão que formulei:

O meu tempo de enfermagem me custou caro, e muito caro! É traumatizante. Primeiro, fisicamente, eu arrumei duas hérnias de disco, eu tive problema de coluna. Tive, também, problema psíquico. Psíquico não. Doença mental. Eu

---

<sup>8</sup> CORRÊA, Gleide. 2,8 mil pessoas aguardam por uma consulta no HC. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 12 jul. 2008, p.B-3. Caderno Cidade/Segurança. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia

faço tratamento de depressão. E depois, ao ver a parte humana, é muito chocante.<sup>9</sup>

Sebastião, ao procurar explicar o que é traumatizante e o que lhe teria custado tão caro, encadeou, ainda, a seguinte questão:

Aqui dentro da Universidade, vou te contar a primeira coisa que me levou ao stresse. Você punha um paciente idoso o dia todo esperando por uma cirurgia, dia todo. Então, os donos de hospitais lá de baixo ligava aqui né, “Quantos pacientes tem aí para operar?” “Tantos”. “Tá, estou mandando um para operar aí. Suspende tal cirurgia e entra com o meu”. Você entendeu? Então, a sua mãe, a minha mãe, está velhinha, já preparada psicologicamente, com o preparo normal que a gente faz e tudo, só aguardando a cirurgia. Você chega nela, “Fulano você não vai operar hoje, porque não tem jeito, entrou uma urgência”. Não era urgência nada! Era tudo a mesma coisa! Você entendeu? Aquilo ali acabava com a gente, acabava com o ser humano, né? Aí, acabava com tudo, acabava com o corpo de enfermagem, com o paciente e o acompanhante do paciente muito mais. Aí que você entra com o seu trabalho mais ainda, com o preparo psicológico do parente do paciente, para que não haja problemas maiores. Eu, por exemplo, não poderia fazer nada. Porque o dono da cadeira é quem mandou (...)

Depois que eu saí da enfermagem eu parei de ver sofrimento. Eu evito ir no Pronto Socorro. Por quê? Porque ali eu passei um pedaço doloroso da minha vida. Ali é que me causa 150 mg de antidepressivo por dia. Então, eu passei pedaços dolorosos. Por quê? Igual eu te falei, protecionismo e injustiça. Quando o rico tem o seu paciente lá, os coitadinho dos pobre fica aqui esperando. Eles seguem na frente. Se tem um leite preparado para um pobrezinho subir e chega o lá de baixo lá, esse já vem e sobe direto. Isso ai [sair da função de enfermeiro] para mim foi a melhor coisa. Um dia eu cheguei na Valéria [esposa], falei, “Valéria, tudo que eu queria nesse mundo eu alcancei, ter uma família criada, cada um independente. Você não precisa de mim, meus filho não precisam de mim. E eu, de agora para frente, o que eu fizer é lucro”. Você entendeu? De eu ver tanto sofrimento que eu via lá na frente [Pronto Socorro] (Eu sentia assim, o tanto que a gente fez, o tanto que eu fiz, o tanto que eu pelejei) eu sentia tão pequeno diante daquilo, que a minha vontade era desaparecer. Não era suicidar não. Mas, que eu tinha vontade de sair do mundo, eu tinha. Você entendeu? Eu tinha vontade que Deus me tirasse. Não é eu me suicidar. Eu tinha vontade que Deus me tirasse para que eu não visse aquele tipo de coisa mais. Meu objetivo estava cumprido, né?<sup>10</sup>

Talvez a compreensão de Sebastião, a de que seu objetivo foi cumprido, mesmo argumentando sobre suas limitações, expresse com clareza as pressões do tempo histórico que vive: “Porque o dono da cadeira é quem mandou”. Conseguir criar os filhos em Uberlândia, depois de ter saído de Belo Horizonte, acompanhando a esposa, parece gratificante. Parece apontar para o conforto de que algo foi conseguido, talvez o mais difícil. Lidou com situações como essa e, ao mesmo tempo, com os trabalhos de garçom e de servente. Comprou a casa e terminou a casa. Uma trajetória de luta, um processo de

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, produzidas e organizadas no trabalho de pesquisa.

<sup>10</sup> Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009.



conquistas e derrotas que em nossa conversa foi trazida enquanto enredo de sua experiência social (KHOURY, 2001).

Conheci Sebastião por meio da minha esposa, que é amiga de Valéria. Encontramos, pela primeira vez, quando o procurei para apresentar um encaminhamento médico da minha esposa. As dificuldades para conseguir uma consulta no serviço público me levaram a Sebastião. Sem saber o que fazer, fui atrás de uma possível influência que esse sujeito poderia exercer a partir de seu trabalho, como auxiliar de enfermagem no Hospital de Clínicas, o lugar indicado para o atendimento. Apesar de contar com a solidariedade de Sebastião, não tive muito sucesso.

Supondo que não fui o único a pensar nessa possibilidade para enfrentar as dificuldades com o atendimento médico no serviço público, não pude deixar de perguntar a Sebastião sobre as pessoas que chegavam até ele pedindo para que interviesse, junto aos médicos, na expectativa de conseguirem o atendimento que buscavam. Sobre essa questão, disse-me que:

Os pacientes vem e nos procuram, “Oh fulano, tem tanto tempo que eu fiz o exame e tal, vê o quê que você pode fazer”. Então, o quê que nós podemos fazer? Levar para a parte hierárquica. A gente leva e [pausa] No meu caso, vou falar só meu caso (...) Eu sou funcionário aqui da Universidade, igual você sabe e tal. Eu fiz um exame, por sinal muito doloroso e difícil. Tudo que você pensar de ruim o exame é. Fui e botei o pedido para voltar ao médico. Quando foi liberada a consulta o exame não prestava mais [pausa] Tem uma senhora, ela fez uma cirurgia, ela tem (Deixa eu ver se eu acho o papel dela aqui) [procura nos bolsos da calça] (não estou não, está lá em casa). Ela tem dois anos que ela fez uma cirurgia de angiologia, tem dois anos que ela está cadastrada, no nosso serviço de saúde, para o retorno da cirurgia. Então, o que é que você vê numa coisa dessa? Calamidade pública.<sup>11</sup>

Ser funcionário de um Hospital e só com muitas dificuldades conseguir ser atendido nele, essa é a condição dos trabalhadores, mesmo aqueles que transitam e servem ao Hospital. A parte “hierárquica” não é apenas uma determinação funcional, mas também o caminho de privilegiamento e restrições aos trabalhadores. Um funcionário público com dificuldades de ter acesso ao serviço público que ele mesmo ajuda a prestar. A dificuldade em dizer aos que o procuram que, apesar de ser funcionário do hospital, não pode fazer muita coisa, é desconcertante. As contradições estão presentes em sua experiência, elaborada a partir da condição de trabalhador na sociedade em que vive. Sua condição de classe é percebida com a constatação de que isso é uma “calamidade pública”.

O “nós”, que projetou em alguns momentos de nosso diálogo, chamou a atenção para que, “a sua mãe, a minha mãe”, são as preteridas em uma relação de desigualdade que estabelece “os donos dos hospitais”, “os donos das cadeiras”, mesmo no que supostamente é público, e, a rigor, é um direito de todos os cidadãos.

Em uma sociedade de classes, não há legalidade fora das relações classistas. Essa afirmação não é pensada como um sofisma teórico. O movimento das relações sociais parecem produzir evidências históricas suficientes para que encaminhe a argumentação de que os trabalhadores, enquanto sujeitos de suas ações, sabem que o que propõem como

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009.

direitos sociais precisam ser negociados em desigualdade (SADER, 1988). O que uma determinada classe média parece negar, a partir de sua distinção social, propondo a verbosidade da necessidade de “conscientização do povo”, possuidor dos seus direitos, condição que sustenta como o avanço da organização social, da consciência política, da própria superação da desigualdade (HOBSBAWM, 1987).

Quando dei por encerrada as questões que me propus a fazer ao Sr. Sebastião, perguntei a ele se gostaria de falar sobre algo que a maneira como conduzi a entrevista não lhe havia permitido dizer, mas que julgava ser importante. Foi, então, onde Sebastião disse o seguinte:

A única coisa que eu acho, para mim, depois que eu sai da enfermagem, você não me perguntou o motivo (...) Foi que quando chegava um paciente para nós, um paciente com aneurisma, por exemplo, a gente já arrumava um lugarzinho para ele subir no ato. Punha ele em qualquer buraco, mas subia o paciente. Porque é o paciente mais grave que existe, é o paciente com aneurisma, bratecardia e os acidentados né (...) Um paciente com aneurisma aorta é muito difícil salvar. Mas, cerebral salva! E um dia, passando no corredor, maca aqui, maca daqui, só aqui para você passar com maca. Então, você batia na maca do paciente com aneurisma ele gritava, “Ah meu Deus do céu”. Toda hora, porque ali você passava toda hora. Ai, quê que acontece? Eu fui atrás dos médicos. E não era nem da minha área (...) Falei, “Tem um senhor José ali que ele está com aneurisma. Ele está só com esse medicamento para dor.” Ele falou, “Mas esse é paciente da neuro”. Ai, eu falei, “E vocês já chamaram os pacientes da neuro?”. “Não”. Eu falei, “Por que não?”. Ele falou, “Eu não sei te responder”. Eu falei, “Você tinha que saber. Porque o senhor é o dono do Plantão”. Quer dizer, fui atrevido. Se ele mandasse meu nome para a chefia eu iria responder alguma coisa por desrespeito à hierarquia. Você entendeu? Mas, tudo bem. Ai, eu fui no meu chefe, “Oh chefe, o fulano está assim, assim e assim, gritando de dor, um homem de 52 anos. E você sabe que é gravíssimo o caso. O que nós podemos fazer para ele?”. “Ah, como? Fazer o quê?”. “Não, sô. Tem aqueles leitos lá em cima. Vamos por esse paciente naqueles leitos particulares lá em cima lá e tal”. “Ah, mas fulano não deixa”. “Não deixa como? O leito é para internar o paciente”. “Não”. E o homem conversando comigo. Ai, eu falei, “Então, chama o neurologista”. “Ah, vou chamar”. Continuou sentado lá. Sai, virei as costas. Quando foi a tarde, o paciente lá no mesmo lugar. E o chefe já tinha ido embora. O chefe que eu pedi já tinha ido embora. Ai, eu fui em outro chefe. “Fulano como é que faz? O paciente está lá”. “Ah, já dei o remédio. Você sabe que não pode sedar paciente de aneurisma”. “Sei uai. E como sei. Eu trabalhei 15 anos com paciente de neuro. Sei que não pode sedar”. (Porque se ele desenvolve para uma morte cerebral você não percebe né). Ai, eu falei assim, “Mas novalgina não tira a dor não”. Quando os pacientes de aneurisma nosso entrava, nós entrava era com Algfam, que era uma medicação potentíssima, à base de morfina, para o paciente se manter quietinho, no escuro, em quarto escuro (...) Ai, quando foi no outro dia que eu cheguei, que o paciente estava na sala de emergência com morte cerebral, eu fui a loucura. Ai eu fui a loucura. Eu fui lá e xinguei esse chefe, porque aí o chefe já estava lá. Eu falei, “Você já viu onde está o seu José?”. “Não”. Ai, eu chamei ele de desumano, de tudo. Falei o que ele estava fazendo ali e tal. E aprontei um rebu danado. Ele pegou um livrinho lá da Lei Trabalhista, do Ministério do Trabalho, do MEC, me mostrou e disse, “Oh, eu posso mandar você embora por justa causa”. Falei, “Manda. Pelo amor de Deus, manda. Manda para você vê! Você não sabe Jerônimo (trata-se de um pseudônimo) o que é que você está falando. Você não sabe com quem que você está mexendo. Manda. Manda por justa causa. Põe uma justa causa em cima de mim. Primeiro, você não tem poder, porque precisa fazer processo de

auditoria” (É auditoria mesmo? Eu nem sei como é que chama. Acho que é) “Ai, eu vou expor. Vai eu e você embora. Vai nós dois. Ou eu fico e você fica. Mas eu te garanto que eu não vou sozinho”. “Ah, mas você está muito nervoso”. Mas sô, mim deu uma crise de choro tão grande, que daquela hora em diante eu não dei conta de trabalhar mais. De descontentamento, de saber que não vale a pena. Cheguei em casa, falei para a Valéria, “Valéria, não vale à pena! Uma coisa dessa não vale à pena. Eu acho que eu já estou é sobrando.” Aí, foi aonde a Valéria ficou assim meio esquisita, já mandou eu ir procurar psicólogo. Mas, eu não vou procurar. Psicólogo eu não iria procurar não né. Mas, aí, um residente que viu aquilo tudo, falou, “Procura um jeito urgente de tirar esse homem, esse homem vai enfartar aqui. Eu nunca vi um homem na idade do Sr. Sebastião fazer uma coisa dessa, chorar de ver um paciente sofrer no hospital, um paciente que não é nada dele”. Mas, como não é? Como não é nada meu? Meu sangue. Tudo é meu sangue. Tudo é nosso sangue, né? Aí, o colega já saiu comigo. Eu fui no Departamento Pessoal, lá embaixo, pedir demissão! Mas não deu certo (...) No outro dia eu fui lá. Cheguei lá na PROREH, falei, “Oh, eu vim aqui por duas coisas: ou vocês me transferem de setor, ou me dá a demissão do serviço”. Ai, eu comecei a chorar de novo né. A mulher falou “Quê que foi? Vem cá seu Sebastião. Vamos conversar”. Ai, ela foi lá, pegou o meu documento, falou, “Deixa eu dar uma olhadinha na ficha do senhor”. Ah, ainda falei a terceira coisa, “Tem o meu chefe lá, que vocês conhecem, eu fui reclamar, o que eu vou reclamar com você, ele me falou que vai me mandar embora por justa causa”. Ela foi lá, pegou a minha ficha, falou assim, “Nossa seu Sebastião. Vou te dar a carta agora para você sair de lá. Vou te afastar”. Eu falei, “Eu não quero afastar. Eu não estou doente! Eu vou afastar para quê? Eu não estou doente! Eu estou com pena de ver o que está acontecendo”. Ai, ela falou, “Não, então, o senhor está nervoso, muito nervoso, eu vou afastar o senhor por vinte dias só, até eu arrumar um lugar para o senhor ficar. O senhor aceita?”. Falei, “Aceito”. Ela falou assim, “Nossa seu Sebastião, tem 12 anos e seis meses que o senhor está em caráter experimental lá no seu setor”. (risos). Doze anos e seis meses. Mas, isso, para mim, não fez muita diferença não. Porque eu não fui lá cobrar nada disso né. O que eu queria, o que eu não agüentava, e que eu fui buscar lá era sair. Porque se eu tivesse continuado lá eu acho que eu tinha enfartado. Eu acho que eu tinha morrido enfartado. Eu acho que eu não agüentava mais.<sup>12</sup>

Foi assim que Sebastião entrou, tanto quanto foi colocado, em disfunção. Falar sobre essa condição foi algo apontado como importante por ele. Talvez uma maneira de acertar contas com a trajetória que o marcou profundamente. Talvez um modo de dizer que sabe o quanto a vida é dura, que entende suas limitações frente às pressões que tem que responder, mas que atua diante das expectativas e dos valores que sustenta, reconhecendo as desigualdades em que elas são formuladas (PORTELLI, 1997).

A compreensão de que estava “sobrando” sugere a percepção da dissidência dos seus valores no diálogo com seus superiores e mesmo com muitos dos seus companheiros de serviço. A insistência, inclusive da esposa, para que entendesse seus problemas como uma questão psicológica, ou mesmo que tomasse o problema como produto de seu estado de nervo, sendo aliciado constantemente com ofertas de afastamento remunerado, o ofendia e o irritava, “Eu não estou doente! Eu estou com pena de ver o que está acontecendo”.

Como lidar com o descaso de tratamento dos trabalhadores doentes como algo normal? Como conviver rotineiramente com a agonia de pessoas que, por não conseguirem

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida ao autor por Sebastião (pseudônimo). A entrevista foi realizada em 12 de janeiro de 2009.

pagar consultas particulares, ou mesmo suborno, não são atendidas conforme suas necessidades clínicas e, muitas das vezes, convivem com a possibilidade de morrerem a míngua?

Não adiantou argumentar “que tudo é meu sangue, tudo é nosso sangue, né”. A identificação proposta foi rechaçada frente à relação que propôs. O hospital segue e segue também Sebastião. Mas parece sugerir a compreensão de que se é para ser assim, “não vale à pena! Uma coisa dessa não vale à pena”.

O enfrentamento com os superiores foi acompanhado da percepção de que caso a hierarquia fosse cumprida poderia acabar se dando mal. Mas, diante o fato da morte do Sr. José, tudo pareceu menor. Então, foi até as últimas conseqüências. Os elementos a que Sebastião recorreu quando da negociação com seus superiores, frente à possibilidade de ser demitido por justa causa, expressou a compreensão que tinha da dinâmica das conquistas das relações de classe que vivia. Conquistas legais que ganharam maior lastro nas relações de trabalhadores administrativos, técnicos e superiores do serviço público. Mais uma diferenciação no fazer da classe trabalhadora nesses últimos 30 anos. Mais uma desigualdade marcadamente reconhecida entre os diversos trabalhadores.

Sebastião era um funcionário público que havia sido efetivado no cargo, com estabilidade no emprego. Situação diferente de quando entrou no hospital, indicado pelo curso profissionalizante que estava terminando. Acreditando que não poderia ser sumariamente demitido, desafiou o chefe, mesmo que não estivesse muito ciente do que realmente poderia acontecer. O modo como interrompeu a narrativa para me perguntar se o procedimento de apuração da possível queixa do médico se chamava auditoria, parece-me um indicativo da aposta que estava fazendo. Mas, ao mesmo tempo, sabia que a morte do senhor José tinha sido um acontecimento grave e que poderia ganhar alguma repercussão. Acredito que jogou com isso.

Porém, a tranqüilidade de poder ter contado com a garantia do direito de estabilidade no emprego não foi suficiente para que o encorajasse a pedir a garantia de um outro direito, que acabou descobrindo que havia sido violado. Quando conversou no setor de Recursos Humanos contaram-lhe que poderia ter tido progressão na carreira, o que lhe garantiria um salário melhor. Mas, sorrindo, lembrou que não era isso o que havia ido buscar. Isso não lhe teria feito falta, pois já havia encaminhado outras formas de resolver a vida até então. Essa não era a questão naquele momento. O que importava era o exorbitante mal-estar que não lhe permitia mais ignorar as relações que compartilhava no Hospital de Clínicas, não era um ato isolado o que aconteceu com o Sr. José, vidas mal vividas e mortes eram imagens comuns nos corredores do HC.

Mas, ao se viver essa condição de classe, nem sempre o desfecho é a morte. Maria Lúcia, apontando para a limitação da atuação legal na busca pelo atendimento à saúde, ao mesmo tempo em que construía possibilidades da conquista de suas expectativas, escreveu para Amarildo Maciel, apresentador do programa Linha Dura, exibido pela TV Vitoriosa. O Programa, segundo o Instituto de Pesquisa GPP/Unicamp, é líder de audiência em seu

horário, há cinco anos consecutivos<sup>13</sup>. A carta de Maria, escrita em novembro de 2007, pedia ajuda para conseguir marcar uma consulta com um reumatologista. O texto é o seguinte:

Prezado Amarildo eu escrevo esta cartinha para você! Para te dar os parabéns pelo seu programa: eu vejo todas as tardes! Acho bom e fico feliz quando você realiza algo p/ as pessoas. Então eu estou aqui na qualidade destas pessoas p/ ser ajudada também. Amarildo é o único e último apelo. Sabe eu tenho artrite rematoide estou sofrendo muito: é uma doença cruel eu não estou suportando mais. Dói muito, dia e noite. Eu peço a você p/ ajudar-me a marcar a consulta. Tem 2 anos que estou na batalha da marcação e não tem jeito, todas as vezes não tem vaga, e com isso estou sofrendo e morrendo aos poucos. Não tenho dinheiro para pagar médico. Sabe Amarildo eu digo do fundo do coração: se for para eu viver assim eu prefiro morrer. É muito triste, é desconfortável: a alto estima esta lá em baixo não tenho alegria. Me ajude. Amarildo eu já tentei de todas as formas e não consigo. Tem que marcar com o Dr. Roberto Ronsa na Medicina. Deus te abençoe feliz natal a você e sua família.<sup>14</sup>

O apelo é forte, aposta na sensibilização do apresentador e na dramatização que este pode conseguir caso escolha seu problema para ser exibido no Programa. Maria sabe qual é o seu lugar na relação que propõe com Amarildo Maciel, “estou aqui na qualidade destas pessoas a ser ajudada também”. As supostas realizações, conseguidas por outros através do programa de televisão, são percebidas como uma possibilidade de atuação frente à necessidade da conquista de uma consulta médica, talvez mais uma tentativa entre as “que já tentei de todas as formas”.

Sabe que deve marcar a consulta na Medicina (Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia), com o Dr. Roberto Ronsa (trata-se de Roberto Ranza), mas isso não lhe é suficiente, “todas as vezes não tem vaga e com isso estou sofrendo e morrendo aos poucos”. Mas, acredita que essas informações são suficientes para que o apresentador consiga marcar a consulta, caso se interesse pela exibição da situação que enfrenta. Em troca, sugere a oferta da audiência diária ao programa, legitimando sua veiculação, assim como também oferece a prece de despedida, “Deus te abençoe, feliz natal a você e sua família”.

O apresentador Marcos Maracanã, âncora responsável pelo Programa “Chumbo Grosso”, também exibido pela Rede Vitoriosa, respondendo a críticas feitas por Ivan Santos, colunista do Jornal Correio de Uberlândia, que dizia do caráter assistencialista, demagógico e sensacionalista dos quadros que apresentavam, defendeu os dois programas da emissora como correlatos. Argumentou que ele e o companheiro Amarildo Maciel, apesar dos distintos enquadramentos feitos na exibição do “Chumbo Grosso” e do “Linha Dura”<sup>15</sup>, tinham o seguinte comprometimento:

---

<sup>13</sup> O Programa Linha Dura, assim como o Programa Chumbo Grosso, são apontados como líderes de audiência em seus horários, enquanto a Rede Vitoriosa, que transmite o sinal do SBT para 19 cidades do Triângulo Mineiro, ocupa, no conjunto de sua programação, a vice-liderança de audiência.

<sup>14</sup> MARIA LÚCIA. [Carta]. Uberlândia, 12.11.2007. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, solicita ajuda para conseguir marcar uma consulta médica no Serviço Público de Saúde. O documento compõe o meu acervo pessoal de fontes, organizadas no trabalho de pesquisa. Tive acesso a esse material na sede da Rede Vitoriosa, após manter contatos com a direção dos programas Linha Dura e Chumbo Grosso. Acervo Rede Vitoriosa de Televisão.

<sup>15</sup> O Programa Chumbo Grosso é marcado por quadros policiais, foca a violência e se coloca na discussão do suposto do aumento da criminalidade na cidade. O Programa Linha Dura, por sua vez, procura se apresentar com quadros de maior variedade, enfatizando o que seria as dificuldades vividas pelos trabalhadores da cidade.

Revestimos de ficção a realidade vivida por pessoas das classes populares ou não, ao recontar de forma melodramática o cotidiano que as envolve. Somos porta-voz de donas de casa, empregadas domésticas, presidiários e policiais (...) Oferecemos espaço para o desabafo pois a população precisa dele. Coisa que muito veículo não faz (...) Tem “pessoas” que criticam sem se quer conhecer o trabalho social que este programa realiza. Vamos continuar nosso trabalho mesmo porque somos responsáveis pela maior audiência da TV no interior do Brasil.<sup>16</sup>

Supondo que as pessoas que procuram esses programas estão fazendo desabafo, o apresentador argumenta que revestem de ficção “a realidade vivida por pessoas das classes populares ou não”, uma espécie de “dramaturgia da vida real”. Afirma, ainda, que oferecem o espaço de seus programas para realizarem um “trabalho social”, atuando como “porta-voz de donas de casa, empregadas domésticas ...”. E, na dissidência editorial e política, provoca o colunista do *Jornal Correio de Uberlândia* dizendo que as questões que tratam não ganham destaque em “muito veículo” por aí, sendo que tem “pessoas” que criticam sem conhecer a importância do serviço que prestariam. Como ponto alto, aponta a grande audiência que possuem como uma espécie de auto-evidência da legitimação dos programas em questão.

Mas, para além do dirigismo que Marcos Maracanã evidencia no editorial dos programas, as pessoas atuam e contradizem esse encaminhamento, utilizando de diferentes recursos para sair da racionalidade do projeto dos programas para produzir pressões que alterem o distanciamento entre esses e os telespectadores – a suposta admiração, a religiosidade partilhada, a influência classista, o endereçamento da carta aos apresentadores etc -, produzindo identificações e espaços de reivindicação para mudanças em suas vidas, formulando as relações classistas que essas práticas permeiam.

Maria Valdeci, escreveu, em fevereiro de 2008, uma carta para Amarildo Maciel. Pediu que o apresentador conseguisse, com um dos seus amigos, um tratamento de dentes para ela. Da minha parte, não percebi essa prática como um desabafo. Acredito que Maria tinha mais com o que se preocupar:

Oi Amarildo, você está bem? Amarildo eu gostaria muito que você me ajudasse à conseguir um tratamento de dentes pra mim com algum amigo seu ou conhecido pois tenho que tratar de dentes com urgência. Eu gostaria muito de receber esse tratamento, como presente de aniversário que está um pouco longe mais graças à Deus tenho um grande motivo para esta comemorando antecipadamente, eu tive câncer e este mês estou recebendo alta do hospital; eu estou super feliz e rindo atoa, só que com os dentes que tenho não da nem pra rir com gosto. O Hospital do Câncer oferece tratamento de graça igual de postinho. Só que eu não dei sorte já perdi vários dentes assim, e não tenho mais dentes a perder. Os meus dentes enfraquecerão muito com os tratamentos que fiz por causa do câncer. E eu não posso trabalhar fiquei com seqüela no braço (...) Então não tem como eu pagar esse tratamento. Dependentemente de você conseguir ou não agradeço muito pela sua atenção. Muito obrigado. De sua fã: Val. Eu assisto seu

---

<sup>16</sup> MARACANÃ, M. Explicação do Apresentador. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18 abr. 2008. Coluna Ivan Santos Online. Disponível em: <[http://www.correioeuberlandia.com.br/coluna/2008/04/OPINIAO/36/ivan\\_santos.html](http://www.correioeuberlandia.com.br/coluna/2008/04/OPINIAO/36/ivan_santos.html)>. Acesso em: 05 de maio de 2009.

programa todo dia e adoro ver você dançar. Por que você morde na língua quando dança?  
Abraços e fique c/ Deus.<sup>17</sup>

Maria diz estar feliz porque recebeu alta de um tratamento de saúde complicado, como é o caso do combate a um tumor cancerígeno. Fala, no entanto, que teve seqüelas e que não poderia trabalhar. Frente a um problema dentário que estaria enfrentando, argumenta, nesse sentido, que não teria como pagar por um tratamento particular. Que a alegria que estaria vivendo só não é completa porque se quer pode sorrir com gosto. Sabe que os Postos de Saúde oferecem tratamentos gratuitos, assim como o próprio Hospital do Câncer, mas sabe também que isso significa menos dentes na boca, pela demora, pela limitação dos procedimentos realizados e, muitas vezes, pela não realização do tratamento agendado, afirmando que, “não tenho mais dentes a perder”.

Sugere urgência frente à solicitação. Assim como também aponta cordialidade com o apresentador. Declarando-se sua fã, demonstra, ainda, curiosidade no modo de dançar do seu interlocutor. Chega a mencionar que caso não consiga atender seu pedido ficaria contente com sua atenção. Mas, a trama da escrita propõe a compreensão de que Amarildo Maciel teria amigos dentistas, ou conhecidos aptos a conseguirem algum profissional que, frente a um pedido feito por ele, prontificar-se-iam a atendê-la gratuitamente. O que nem com todos os esforços que empreendeu durante sua vida foi suficiente para lhe poupar os dentes da boca.

Parece-me que a desigualdade das condições entre os sujeitos ao viverem a cidade está em pauta nas linhas escritas nas cartas das Marias que procuram se relacionar com os programas de TV, os quais se propõem a dialogar com essas pessoas, mesmo que esteja certo de que seus interesses não são os mesmos. São formulados de lugares sociais distintos, por sujeitos com expectativas variadas, mas os quais se encontram na rede das relações classistas.

Isso não impede a simpatia que muitos trabalhadores nutrem por esses apresentadores. A identificação, mesmo que não seja gratuita ou mecânica, sugere a legitimação dos programas nas audiências que lhes atribuem. O que cria a possibilidade de Marcos Maracanã arrogar-se o “porta-voz dos populares”.

Os interesses, atravessados na relação que mantêm, são negociados em valores e em modos de vida particulares, mas, ao mesmo tempo, comuns a um campo de lutas firmado nas relações compartilhadas na cidade. Raquel, que tem 28 anos e mora no bairro São Jorge, localizado no setor Sul da cidade, escreveu a Marcos Maracanã pedindo presentes para os quatro filhos, sugeriu, devido à proximidade das festas natalinas, a necessidade que tinha e apontou que os materiais escolares para o início do novo ano seriam muito bem recebidos. O modo como propôs sua identificação com o apresentador indicou a percepção de um valor comum, ao mesmo tempo em que uma estratégia de aproximação:

Sou sua fã de carteirinha não perco um chumbo grosso, a parte que eu mais gosto é quando você fala leia a bíblia, se todo mundo le-se a bíblia, nosso país seria melhor. Eu tenho 4 filhos, o Alan de 12 anos, Alexandre de 10 anos, Beatriz de 9 anos e a Thamyris de 3 anos, os três mais velhos mora com o pai

---

<sup>17</sup> MARIA VALDECI. [Carta]. Uberlândia, 07.02.2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, solicita ajuda para conseguir tratamento dentário. Acervo Rede Vitoriosa de Televisão.

no bairro Joana Dark e a pequena é do meu segundo casamento, meu esposo no momento está desempregado, ele é pintor mas com esse tempo de chuva é difícil trabalhar mas com a graça de Deus vamos caminhado como dá, o meu pedido é conseguir presentes pros meus filhos natal está chegando e no momentos nossas condições não são favoráveis, se ganhasse material escolar seria bom as aulas logo vai começar de novo, comprar material escolar para três não é fácil, eu fico triste porque não tenho dinheiro para comprar presente de natal para meus filhos é por isso que lhe peço uma ajuda se o meu pedido for alcançado eu agradeço, fico grata do mesmo jeito só de você ler a minha carta eu fico muito feliz, bom vou terminando por aqui com meu coração mais aliviado porque eu acredito que meu pedido vai ser atendido, eu sei que Deus vai me dar esse grande presente de conseguir dar algo para meus filhos nesse natal. Deus te abençoe pois você merece e nunca deixe de dizer para todos, leia a bíblia cada vez que você diz isso e uma sementinha que esta sendo plantada nos corações de cada um de todos nos.<sup>18</sup>

A leitura da bíblia foi o ponto de partida para o diálogo que propôs. Para Raquel, alguém que leia a bíblia e a apresente como referência para uma certa conduta moral se compromete com determinados valores. A menção de que ao escrever a carta ficou com o coração mais aliviado, “porque eu acredito que o meu pedido vai ser atendido”, sugere que alguém que tenha como conduta a leitura da bíblia não poderia deixar de socorrer os que passam por dificuldades, pelo menos não próximo ao período natalino. Então, vai ao ponto, “sei que Deus vai me dar esse grande presente”.

O presente se fazia necessário porque o marido, que trabalhava como pintor, não estava conseguindo serviço. A estação chuvosa impunha dificuldades adicionais para que encontrasse um emprego. Com o marido em dificuldades para conseguir sustentar a família, a mulher tentou garantir os materiais escolares de fevereiro logo no Natal, momento mais propício para apelar à boa fé cristã. Uma estratégia coerente, já que a caridade aos pobres é mais festejada no final do ano. Então procurou se beneficiar da prestação solidária no momento que julgou mais pertinente.

Os comprometimentos construídos, ou recusados, fazem-se em uma dinâmica de identificação e distinção que não parecem sugerir obviedades pré-estabelecidas, mas sim possibilidades de diálogos. As leituras feitas sobre as relações sociais ganham destaque, portanto, na repercussão de tendências ao se buscar estabelecer as prospecções de determinados interesses e valores. Os projetos de cidade e os sentidos de histórias que são encaminhados a partir dessas leituras estão formulados nas práticas dos sujeitos que elaboram um processo histórico que continua aberto no movimento das relações classistas. Esse me parece o sentido maior de se pensar as lutas de classes como movimento da história (THOMPSON, 1981).

De outro modo, como entender a carta enviada por Luiz Henrique a Amarildo Maciel? Um garoto de 11 anos de idade que mora no bairro Canaã, no setor Oeste da cidade, mas que se desloca até o Centro da cidade, no prédio da Rede Vitoriosa, para entregar uma folha escrita a lápis, na qual pede material escolar e a inclusão do seu nome para participar do “sorteio do bife”, momento em que o apresentador sorteia, entre os telespectadores que ligaram no decorrer do programa, alguns quilos de carne.

---

<sup>18</sup> RAQUEL. [Carta]. Uberlândia, s/r. Carta ao Programa Chumbo Grosso/Rede Vitoriosa de Televisão, pede a doação de materiais escolares como presentes de natal para os filhos. Acervo Rede Vitoriosa de Televisão.



Olá boa tarde Anarildo você está bem eu estou graças a Deus. Estou na 4ª série e estou escrevendo para pedir os materiais de escola preciso dos cadernos e da mochila por a minha mãe não esta trabalhado e ajude a minha mãe aruma um emprego de servisão jerais eu e os meu irmão escreverão pa você condo asiais seu programa todos os dias me coloque no sorteio do bife lé a minha carta para mi ovi no ar muito obricado por tudo.<sup>19</sup>

A mãe está desempregada, então os materiais escolares correm o risco de serem preteridos diante as possibilidades do orçamento familiar. Aproveita para pedir que o apresentador utilize sua influência para ajudar a mãe a conseguir um novo emprego. A campanha de arrecadação de material escolar para serem doados aos filhos dos trabalhadores empobrecidos é feita pela Rede Vitoriosa por meio dos programas Chumbo Grosso e Linha Dura. As reportagens que celebram a entrega dos materiais são feitas com a pompa sugerida por Marcos Maracanã, quando se colocou no Jornal Correio de Uberlândia defendendo a importância dos programas da emissora em virtude das críticas feitas pelo colunista Ivan Santos.

A mobilização que essa campanha produz é algo que passa despercebido por muitos que não conseguem compreender o apelo alcançado pela doação de lápis, borrachas, cadernos, mochilas escolares e alguns outros materiais. O que falar, então, do “sorteio do bife”? Ocasão que mobiliza e motiva várias pessoas a ligarem e a escreverem cartas para participar de sorteios que dão como prêmio dois ou três quilos de carne de segunda.

A atenção dada por parte dos diretores desses programas ao modo como os trabalhadores vivem a cidade é algo minucioso. A importância dos materiais para a educação escolar dos filhos, a carne das refeições, a promessa do arranjo de empregos aos sem escolaridade, as consultas médicas, aposentadorias, remédios, móveis, alimentos, encontros com artistas, ingressos para shows, cupons de compras, nada é tratado como algo sem relevância. A defesa dos interesses editoriais dos sujeitos que promovem esses programas são propostos a partir dessa relação de proximidade. Quando os pedidos são atendidos sugerem a identificação de interesses, quando não são atendidos sugerem antagonismos comuns. Propõem projetos comuns de cidade, mesmo que os interesses em relação sejam classistamente divididos.

A complexidade dessa trama vem sendo invariavelmente tratada, mesmo por parte de muitos dos sujeitos que se incomodam com a permanência da dominação de classe, como alienação, falta de consciência política, desmobilização dos trabalhadores, falta de organização de classe, embutimento de valores capitalistas.

O modo como trabalhadores se constituem como sujeitos na história, ainda continua exigindo de nossas reflexões a disposição de não avaliarmos suas vidas a partir das nossas próprias alternativas. Quando trago essa questão é para dizer que reconheço que mesmo que os programas de televisão atendam todos os pedidos formulados por trabalhadores, o que de fato não é seu interesse, a condição de trabalhadores, explorados socialmente em relações capitalistas, não se alteraria, mas disso eles mesmos sabem. O que está em questão é perceber que valores, interesses, estratégias e condições enfrentam e conquistam ao se estabelecerem

---

<sup>19</sup> LUIZ HENRIQUE. [Carta]. Uberlândia, s/r. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão, pede doação de material escolar e serviço para a mãe. Acervo Rede Vitoriosa de Televisão.

enquanto sujeitos históricos. O desafio é pensar sobre os horizontes que estão sendo visualizados por esses sujeitos, sobre os valores e os interesses que estão dispostos a confrontar, o que não se define antes do confronto, mas sim no fazer desse processo de luta.

Telles, que procurou tratar da potência dos trabalhadores em “Mutações do trabalho e experiência urbana”, um texto de 2006, discute como filhos de operários, identificados como posteriores a uma geração de desmonte da condição operária forjada em um sistema de produção “fordista”, vivem a cidade de São Paulo. A autora, em seu trabalho sociológico, procura problematizar as experiências urbanas de trabalhadores enfocando as mudanças vivenciadas por gerações distintas, uma que teria vivido a segunda metade do século XX e outra que se depara com as relações sociais mantidas em fins do século XX e início do século XXI (TELLES, 2006).

Telles, como uma de suas questões centrais, aponta para a necessidade “de se perguntar de que modo as novas realidades no trabalho (e do não-trabalho) redesenham mundos sociais, as relações de força e campos de práticas que fazem a tessitura da cidade e seus espaços” (TELLES, 2006:175). Apresentando o que considerou como “personagens urbanos”, a autora buscou evidenciar “trajetos” do que sugeriu, em um dos pontos de discussão, como “jovens empreendedores nos circuitos faiscantes dos serviços globalizados”. Apesar do interesse em repensar algumas noções já canonizadas para a explicação das relações sociais, buscando dialogar com as expectativas desses jovens, Telles apontou para uma tessitura determinada pelo que sugeriu como impossibilidades de mudanças das condições de vida desses trabalhadores, devido determinações nas relações de trabalho mantidas nos circuitos do sistema capitalista globalizado.

O ponto de chegada foi dado como suposto e as experiências foram insinuadas como exemplificação do que não tem alternativa dentro da sociedade capitalista. Acredito, no entanto, que as alternativas estão sendo expressas na vida das pessoas, e elas, por sua vez, não vieram ao mundo atuarem sob as alternativas que já decidimos como as mais relevantes e procedentes.

Acredito que a questão talvez mereça ser recolocada. E é aí que se coloca o trabalho feito com esta pesquisa. Acredito que seja importante enfrentar o olhar de classe que muitos de nós dispensamos às lutas dos trabalhadores. Não proponho condescendência, mas compreensão histórica das relações classistas que mantêm.

Luiz Henrique não abriu mão de pedir que o apresentador lesse sua carta ao vivo, desse modo saberia se a carta ao menos chegou às mãos de Amarildo Maciel. Talvez desconfie que muitas das cartas não sejam atendidas e que talvez nem cheguem a ser lidas. Assim também me parece o caso dos que se declaram satisfeitos com a mera atenção dos apresentadores, insinuando que esses devem, ao menos, indicarem que tomaram conhecimento das solicitações. Responsabilizando-os não apenas nos momentos das conquistas, mas também das recusas.

A condição de trabalhadores, por parte de muitos dos sujeitos que se envolvem com programas como Chumbo Grosso e Linha Dura, está em questão na formulação de suas relações de desigualdade a partir das solicitações que são propostas. A diversidade das histórias dos trabalhadores aponta, por mais contraditório que seja, para um mesmo enredo. Indicam um terreno comum. A cidade aparece como território construído nessa dinâmica de convivência. A tensão dessa partilha é expressa em momentos de alianças, dissidências,

identificações e distinções. O teor classista dessa trama é a própria pauta do diálogo estabelecido.

Viviane, uma moradora do Shopping Park, assim como outros, organizou as dificuldades que sua família enfrentava a partir da condição de trabalhadores. A carta, enviada a Marcos Maracanã, pediu, frente à impossibilidade de conseguir um emprego, a ajuda para que mantivesse sua condição de produtividade frente ao sustento que necessitava. Devido a um acidente de trabalho e diante a negação de afastamento remunerado em decorrência dos laudos emitidos pelos peritos médicos do Instituto Nacional de Seguridade Social, pediu o amparo do apresentador. Narrou sua situação da seguinte maneira:

Marquinhos Maracanã, estou escrevendo essa carta para você, pelo amor que você tem em deus me ajude por favor. Tive um acidente de trabalho já tem 1 ano e 6 meses fisso 5 aperiencia só que médicos me deram alta, só Marquinho que eu não dou conta de levantar da cadeira-de-roda já faz 1 ano e 6 meses estou passando muitas dificuldades Marquinhos. Tem dia que eu não tenho comida para eu e meus filhos comer. Tenho dois filhos uma menina de 5 anos que se chama Clara e um rapaz de 16 anos que chama Gustavo. Ele fica fazendo bico (trabalho) para me ajudar em casa. Tem vez que a minha filha Clara pede leite e eu não tenho para dar pra ela, o meu aluguel atrasado. Eu sinto muita dor 24 HORAS por dia, o meu filho que me ajuda a limpar a casa, lavar as roupas, louças e etc. Tenho preção alta, tenho tiróide, glicose está alta, o médico me pediu ressonância magnética só que eu não tenho condições de pagar, tenho de ficar esperando pelo SUS. Marquinho eu faço trabalho artesanal para aniversário, casamentos, e etc, e quem quiser me ajudar está de bom tamanho, só que eu não estou tendo material para as encomendas. Eu queria saber o que você pode me ajudar em termo de tudo, por favor me ajude eu estou precisando. Marquinhos pelo amor que você tem em deus e pela nossa Senhora Aparecida me ajude, eu oro todos os dias por você pelo seu trabalho para que deus possa te iluminar sempre. O que você e sua produção possa fazer por mim? Eu gostaria que você viesse na minha casa para você ver a situação e a dificuldade. Me desculpa por está te encomodando mas eu estou precisando muito de sua ajuda. Um abraço e um beijo de sua fã.<sup>20</sup>

Viviane parece indicar que sabe que, em comum com o apresentador, pode ser que tenha a fé em “nossa” Senhora Aparecida. Então, diz que ora todos os dias pelo trabalho feito por Marcos Maracanã. Frente à dificuldade que narrou, “queria saber o que você pode me ajudar em termo de tudo”. Teria perdido o emprego por causa de um acidente que teve na realização de suas funções. Os médicos, peritos do INSS, atestaram-lhe sua capacidade de retornar ao trabalho, mas como não estaria conseguindo levantar da cadeira de rodas diz que o filho, de 16 anos, é quem está, na medida do possível, trabalhando. O bom menino estaria sendo seu ajudante na lida dos afazeres da casa e na conquista de rendas ocasionais. Mas, mesmo assim, o aluguel estaria atrasado, a comida era incerta e os materiais dos serviços artesanais que poderia fazer, para ajudar na despesa, acabaram.

Então, enfatiza a pergunta, “O que você e sua produção possa fazer por mim?”. Sabendo que os jornalistas do Chumbo Grosso fazem ao menos uma reportagem diária onde visitam as casas de trabalhadores empobrecidos, habilita-se a participar de um desses

---

<sup>20</sup> VIVIANE. [Carta]. Uberlândia, S/r. Carta ao Programa Chumbo Grosso/Rede Vitoriosa de Televisão, relata dificuldades e pede ajuda. Acervo Rede Vitoriosa de Televisão.

quadros quando menciona que gostaria que visitassem a sua casa para que apresentassem a situação de dificuldade. Viviane sabe que, apesar dos possíveis constrangimentos, dessa maneira garantiria a veiculação do seu caso e, ainda, maximizaria as possibilidades de doações diversas, principalmente as advindas de telespectadores que se comovessem com a exibição de suas dificuldades. Buscava o relacionamento com sujeitos que demonstrassem solidariedade para com ela.

A perda do emprego e a negação da proteção previdenciária a colocou em dificuldades de garantir o sustento da família. A falta de saúde revelou as incertezas da condição de trabalhadora. Desse modo, impossibilitada de trabalhar, mesmo na alternativa que encontrou, a produção de artesanatos, diante a falta de condições de manter os materiais necessários para sua elaboração, propôs participar do espetáculo televisivo, da exploração da miséria, esta capitaneada pelos empresários da comunicação. Uma estratégia que Viviane construiu como possibilidade de enfrentamento das dificuldades que vivia.

Quando vejo o espaço ocupado por diretores, jornalistas e apresentadores de programas como esses, não deixo de me perguntar sobre o que foi feito da classe média que ocupava o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia (CDDH) na década de 1980. Olhando para o processo histórico do fazer-se da classe trabalhadora na cidade, nessas últimas três décadas, me pergunto se o que restou a esses sujeitos foi lamentar o que entendem como o avanço do populismo, do assistencialismo e da cooptação alienante da classe trabalhadora.

Porque, apesar do ranço elitista de sua proposição vanguardista, não fugiam do contato com esses trabalhadores nas relações que estabeleciam na cidade. Achavam que os haviam encontrado naquele momento, os visualizavam como emergentes de uma nova cena política e os propunham como sujeitos potenciais de transformações que julgavam mais profundas, em horizontes históricos que projetavam como mais justos e possíveis de serem alcançados.

Apesar da diferenciação que estabeleciam, propunham a identificação de lutas, a construção de horizontes comuns e um projeto de sociedade a ser partilhado na expectativa da transformação social. Foi assim que, em fevereiro de 1984, o CDDH formulou uma “Denúncia” ao Coordenador do Serviço Médico do Instituto Nacional de Previdência Social. Estava em questão a discussão das dificuldades vividas pelo Sr. Durvalino Freitas, a qual foi tratada da seguinte maneira:

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia vem trazer à sua consideração o seguinte fato que acompanhou de perto:

- 1) No dia 03/05/83 o Sr. Durvalino Freitas foi acidentado no trabalho (DAIWA DO BRASIL) e encaminhado para tratamento no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (Medicina).
- 2) Posteriormente foi transferido para os cuidados do Dr. Antônio Daud, médico credenciado pelo INAMPS e também médico conveniado com a DAIWA.
- 3) No dia 05/10/83 o Dr. Antônio Daud disse ao Sr. Durvalino e sua esposa Dona Hilda que ele voltaria a firma para fazer um teste e que não se tratava de alta. O Dr. Antônio usou esse artifício servindo-se da simplicidade do Sr. Durvalino. Porém, atestou oficialmente a alta do paciente, conforme consta na carteira.

- 4) Sr. Durvalino começou a trabalhar, porém com grande dificuldade. Dia 20/10 recebeu do médico mais 10 dias de afastamento. E dia 1/11/83 entrou em férias.
- 5) Dia 1/12/83 retornou ao trabalho até o dia 11/12 quando entrou em gozo de férias coletivas até o dia 31/12/83.
- 6) Dia 1/1/84 o Sr. Durvalino retorna ao trabalho e dia 11/1/84 à tarde é avisado que está despedido.
- 7) Dia 12/01 volta ao Dr. Antônio Daud e diz que foi despedido. Dr. Antônio diz que não é possível e solicita da DAIWA a ficha do C.A.T. para reinício de tratamento. A firma se nega a mandar a ficha, alegando que o empregado já havia sido demitido na véspera, embora não houvesse nenhuma documentação, nem mesmo o “ciente” que é exigido para uma comunicação verbal de dispensa de trabalho.  
Esta consulta do dia 12/01 foi feita na presença de uma testemunha do CDDH.
- 8) Sr. Durvalino volta ao Dr. Antônio Daud que diz não ter mais nada a fazer.
- 9) Sr. Durvalino requer perícia médica para poder continuar o tratamento e é atendido pelo Dr. Sérgio que o examina e chama Dr. Carrijo. A mesma testemunha anterior acompanhou o paciente.
- 10) Dr. Sérgio declara à acompanhante, testemunha citada acima, membro do CDDH que não pode fazer nada porque o médico Dr. Antônio já deu alta ao paciente.
- 11) A acompanhante procurou o médico coordenador do setor de acidente de trabalho e apresentou reclamação: “se a função da perícia é apenas confirmar a alta já dada pelo médico, a perícia poderia ser eliminada, pois ela é uma farsa”.
- 12) Orientado pelo chefe do setor de Acidente de Trabalho Sr. Durvalino solicita junta médica.<sup>21</sup>

A relação patrão e operário foi acompanhada com interesse pelos homens do CDDH. Diante os termos da clássica relação de classe, o membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos acompanhou o trabalhador, Sr. Durvalino. Envolveu-se com sua causa e a tomou a partir dos seus referenciais, quais sejam, a noção de que tinha o direito de não ser sumariamente submetido à ingerência dos interesses de alguém com mais influência econômica. Exigiu para o Sr. Durvalino o questionamento legal que exigiria para si mesmo. O reestabelecimento do Estado de Direito era, sem dúvida, o projeto de sociedade defendido, naquele momento, por esses sujeitos.

O suposto da dominação de classe e o valor do direito da reivindicação, a partir de sua condição de classe, permitiram ao membro do CDDH o posicionamento da denúncia com tamanha clareza, “se a função da perícia é apenas confirmar a alta já dada pelo médico, a perícia poderia ser eliminada, pois ela é uma farsa”. Em momento algum se percebe a impressão do Sr. Durvalino, o qual tem para si o adjetivo de uma condição de “simplicidade”, o que supostamente teria sido a causa dos problemas vividos pelo trabalhador que “teria deixado se enrolar” pelos artifícios construídos pelo Dr. Antônio Daud ao defender os interesses da Daiwa do Brasil.

Mas, esses sujeitos são interlocutores de uma relação classista que supunham projetos de sociedade diferentes dos sustentados pelos programas televisivos já mencionados. Os membros do CDDH não eram os jornalistas dos programas Chumbo Grosso

---

<sup>21</sup> CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. [Denúncia]. Uberlândia, 02.1984. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

e Linha Dura, os quais anunciam casas de carne, lojas de produtos de limpeza, comércios de materiais escolares, cursos profissionalizantes de agências particulares; tudo isso entre um apelo e outro, entre quadros que se alimentam da exposição da miséria de um trabalhador qualquer.

O projeto de um Estado de Direito supunha direitos humanos que condenavam a política salarial espoliante, a inflação galopante, a violência policial, o desrespeito à constituição, a falta de moradia para os trabalhadores, a especulação imobiliária, o assistencialismo, a administração pública a serviço da classe dominante, a expulsão dos migrantes empobrecidos e a imagem de cidade modelo<sup>22</sup>.

Esses referenciais eram formulados a partir da elaboração de um programa de ação que tinha o seguinte projeto:

O CDDH é aliado a uma luta momentânea. O acúmulo de lutas é que forma um sujeito histórico, e que vai chegar a uma frente. Aí se dá a transformação. O papel dos CDDH's é apoiar concretamente na atuação cotidiana as lutas organizadas em movimentos específicos: sindicatos, solo urbano, mulheres, negros, etc. Seu papel é fazer parte do acúmulo de forças que está se constituindo ao longo do processo de transformação social para a construção de um sujeito histórico. O interesse é compor o conjunto dos movimentos sociais organizados em torno de um projeto político comum de enfrentamento real ao sistema capitalista: movimento popular, movimento sindical e partidos políticos. Movimento popular – explicitar o conflito de classes, junto com sindicatos e partidos políticos da sociedade nova.<sup>23</sup>

A utopia de uma “sociedade nova” era proposta no que apontavam como o enfrentamento do sistema capitalista. O projeto de atuação dos CDDH's supunha uma transformação da sociedade a partir da articulação de uma frente comum de interesses. Essa frente seria o sujeito histórico daquele momento. Isso talvez ajude a entender porque o Sr. Durvalino não tinha expressão própria na elaboração da denúncia feita pelo CDDH da Diocese de Uberlândia ao INPS, era percebido apenas como embrião do sujeito histórico coletivo a ser constituído. O lugar de coordenação de uma aliança de classes era o suposto desse grupo e de outros com que se relacionava. O desafio era, “fazer as pessoas descobrirem que são lesadas nos seus direitos e criar possibilidades de organização para fazer frente à violência”.

Muitos trabalhadores, ao viverem a cidade, negaram e negam, em suas próprias condutas, a identidade de alienados e a insistência da denúncia do seu “senso comum” embutido. Defendem valores e expectativas que não necessariamente se circunscrevem aos dos postulantes a “líderes” sociais, assim como formulam suas práticas de atuação social de modo a não se prenderem aos padrões da organização que lhes são impingidas por seus idealizadores (SOUZA, 1995).

---

<sup>22</sup> Esses posicionamentos podem ser percebidos no encontro promovido entre o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia e o Secretário do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. O encontro foi em Uberlândia, nos dias 03 e 04 de junho de 1989. Ver:

- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Relatório]*. Uberlândia, 03.06.1989. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

<sup>23</sup> CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Relatório]*. Uberlândia, 03.06.1989. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

A arrogância elitista parece ter dificultado a continuidade, o aprofundamento e as lições mútuas que poderiam ter sido produzidas a partir desse diálogo. Digo isso, não por um lamento anacrônico, mas pelo interesse em discutir as relações que vivemos em nosso tempo. Talvez esse caminho possa ajudar a recolocarmos a utopia socialista. Um projeto de sociedade a ser disputado, mas também confrontado entre os que podem vir a se interessar por ele. As diferenças entre os trabalhadores e as contradições de uma classe média composta de pequenos comerciantes e também de trabalhadores remediados devem ser entendidas de uma maneira mais complexa e menos ortodoxa. Isso talvez exija um diálogo mais franco e, ao mesmo tempo, menos condescendente.

A condição de classe dos homens do CDDH da Diocese de Uberlândia ganhou expressão nos relacionamentos que estabeleceram com sujeitos de outras cidades, muitas federadas a outros países. A proposição da construção de interesses comuns foi buscada através de correspondências que os CDDH's, dispostos em diversas localidades, mantinham na rede que compunham, partindo da expectativa de construção de pressões no diálogo com interlocutores específicos, tendo em vista os interesses que defendiam.

Foi, nesse sentido, que, em abril de 1986, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia enviou uma correspondência ao superintendente do INPS de São Luiz do Maranhão. O documento foi destinado a cobrar respostas e encaminhamentos frente às constantes denúncias de descaso no atendimento aos trabalhadores com dificuldades de saúde naquela cidade. O CDDH da Diocese de Uberlândia disse o seguinte:

Ilustríssimo Senhor, vimos, por meio desta, denunciar a falta de condições de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia, localizada nessa cidade. Já é de nosso conhecimento fatos, como o do Sr. José de Ribamar Souza, paralítico que foi internado pelo Funrural neste hospital. Devido a falta de assistência médica, dentro do próprio local de tratamento, o estado de saúde do nosso companheiro piorou a ponto de fazê-lo desejar a morte. O caso declarado acima não é o, primeiro, pois piores tem acontecido. Por isso exigimos que se tome providências, ou que se dê uma explicação lógica para o que vem acontecendo ultimamente nesta casa de Saúde. Certos de seu atendimento, despedimo-nos, desde já agradecendo.<sup>24</sup>

Envolvimentos como esse estavam respaldados em Secretarias razoavelmente estruturadas para organizarem recebimentos e envios de correspondências, assim como de assessoramentos jurídicos e articulações políticas minimamente sustentadas nas condições sociais dos sujeitos comprometidos com essas ações. As identificações de experiências comuns formulavam práticas de atuação em consonância de interesses. Muitas dessas ações, em várias localidades do país, articularam-se em associações e redes de comunicação. Esses encaminhamentos produziram leituras que apontaram para a acentuação das lutas de trabalhadores na década de 1980.

Esses modos de organização e o envolvimento de frações da classe média em práticas como essa vem sendo recorrentemente proposta como “A História” de uma luta passada e saudosamente reivindicada como paradigma de reconhecimento das lutas de trabalhadores no tempo presente. Como se onde não fosse possível visualizá-las estivesse

---

<sup>24</sup> CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. [Correspondência]. Uberlândia, 28.04.1986. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

auto-confirmada a morte da participação social dos trabalhadores, como se essa “ausência histórica” decretasse a desmobilização das lutas de classe e, por sua vez, atestasse a inconsciência da condição de explorados por parte dos trabalhadores, que estariam atomizados em “pequenas lutas”, em “lutas liberais”.

Quando tive contato com essas correspondências passei a desconfiar de argumentações que apontavam para a chegada da democracia em várias cidades do Brasil. Interpretações que canonicamente sugeriram esse momento como uma onda de movimentação democrática, como “o marco” da participação social dos trabalhadores. Percebi que as evidências que eram propostas como marcas históricas desse enredo mereciam uma maior investigação.

A transposição de uma noção abstrata de nacional sobre uma outra, não menos abstrata, de local, sugeriu uma explicação estrutural e conjunturalmente desistoricizante que destinou à explicação das experiências vividas nas cidades, principalmente das que não são apontadas como metrópoles, a menção de algo menos significativo, algo meramente regionalista ou localista, uma espécie de exemplificação empobrecedora da condição geral. Sobre estas designações planaram referências do nacional e do global. Desencarnadas, ou encarnadas em certas especificidades, essas noções foram apontadas como determinismos relativamente realizados em espaços mais reduzidos. À prática de verificação dessas realizações foi sugerida uma noção, empobrecida, de “especificidades históricas”, uma espécie de menção à compreensão do que é suposto como processo histórico geral<sup>25</sup>.

Muitas especulações foram construídas em torno dos marcos aceitos a partir dessa referência. Talvez seja necessário abrir esses marcos, historicizar o que vem sendo generalizado na produção do conhecimento acadêmico. Isso talvez seja um apelo à importância da produção do conhecimento histórico, mas não qualquer conhecimento, um apelo a favor do procedimento da investigação histórica; de, como sugere Thompson, uma lógica histórica que entenda que não há hipóteses que se sustentem sem o seu devido confronto com as evidências (THOMPSON, 1981).

Quando percebi que o relacionamento nacionalista dos sujeitos dos CDDH's se faziam a partir das questões que enfrentavam nas relações que viviam nas cidades em que se constituíam, pude valorizar as menções que apontavam para projetos de uma nação em disputa, e não o inverso, onde um projeto nacional se revelava historicamente nas cidades. Percebi distinção nos sentidos de história que serviam de suposto para esses encaminhamentos (CHALHOUB, 1990). Passei, então, a acreditar que, apesar das identificações com as movimentações sociais vividas em outras cidades, não seria preciso recorrer a elas como condição necessária para explicar a movimentação ocorrida em Uberlândia, assim como também não seria preciso fazer da experiência social de Uberlândia um fenômeno isolado.

Em correspondência enviada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, em 1991, os homens do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia evidenciavam, por meio de uma de suas alianças ao que denominavam de luta momentânea, o que significava participar de um movimento nacional.

---

<sup>25</sup> Sobre essas referências, ganham destaque trabalhos de geógrafos que mantêm uma relação estreita com certas explicações sociológicas de matrizes estruturalistas, talvez o que freqüente o maior número de notas de rodapé seja David Harvey (HARVEY, 2005).



Companheiros, por meio desta vimos fazer uma denúncia e solicitar o apoio e ajuda de vocês na divulgação de um fato. Há mais de um mês algumas famílias invadiram uma área no bairro Dom Almir em Uberlândia e a denominaram de Dom Almir 2. Estas famílias estão pedindo o apoio das entidades locais no auxílio às suas reivindicações, que são: ligação de água, demarcação de lotes, material de construção para um embrião, financiamento dos restante dos materiais e transporte coletivo. Acontece que não estão havendo negociações com a prefeitura, que parece desconhecer o fato. Apenas o secretário de habitação vem afirmando que vai haver a demarcação, mas nem água chega até lá, nem mesmo pelos caminhões pipa. Solicitamos às entidades que envie telegramas ao prefeito, à Secretaria de Habitação e Meio Ambiente, protesto a falta de sensibilidade da prefeitura de Uberlândia, que se acha na condição de cidade modelo, e a morosidade no início das negociações.<sup>26</sup>

Essa formulação é acompanhada dos respectivos endereços do Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Habitação e Meio Ambiente. Solicitações como essas compõem o repertório de interesses dos sujeitos que se associam por meio desse relacionamento. A construção de uma luta nacional de trabalhadores se faz a partir dos interesses que são vividos ao se disputar a cidade, se faz por meio das relações classistas que são estabelecidas, portanto, se fazem na dissidência e na identificação de interesses históricos. Às vezes até mesmo os textos de protestos e denúncias, solicitados como apoio aos sujeitos de outras cidades, são indicados já em sua versão final, contando apenas com a solidariedade da emissão e divulgação das experiências de exploração partilhadas pelos diversos trabalhadores da sociedade capitalista.

A produção desses documentos deixa perceber, ainda, a noção de que os trabalhadores que construíram suas casas em uma área da cidade que a Prefeitura reconhecia como ilegal recorreram às pessoas das entidades que tinham acesso para auxiliá-los em suas reivindicações. A noção de auxílio parece apontar para a compreensão de que mais do que um soma numérica de pessoas envolvidas com as negociações com o Poder Público, os moradores do Dom Almir II buscavam as condições para um diálogo que não tinham, mas que reconheciam como possível para os sujeitos de entidades como o CDDH. Os quais eram visualizados como reconhecidos e aceitos para as negociações com a Administração Municipal, além de serem detentores do domínio de um trâmite institucional e jurídico que os diferenciavam socialmente.

Essas identificações, atravessadas pela busca de uma pactuação construída na percepção mútua da distinção, foram e são um desafio para a proposição de um modo comum de luta, esse valorado a partir da unidade de ação. As avaliações que são feitas sobre a derrota desse projeto de unidade da classe trabalhadora vêm afirmando uma memória de constatação da falta de mobilização dos trabalhadores enquanto classe. Talvez esse modo de mobilização, em específico, esteja sendo questionado, inclusive por muitos trabalhadores, mas não consigo ver nisso o fim da movimentação social dos trabalhadores. Da minha parte, não consigo perceber o que seria a ausência da luta de classes, mas sim o fazer-se de um

---

<sup>26</sup> CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *[Correspondência]*. Uberlândia, 09.08.1991. Acervo do Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Pasta do CDDH.

processo que está sendo vivido e que continua aberto em suas possibilidades históricas. Espero ter conseguido apontar para essa questão mesmo sabendo dos limites deste texto.

Os trabalhadores continuam sendo explorados e muitos são os empobrecidos a partir das relações capitalistas em que vivem. Temos nos incomodado e questionado há tanto tempo essas relações percebendo aí a potência desses sujeitos e o processo de luta que forjam nessa dinâmica social (THOMPSON, 1987). Ainda hoje, continuam tendo que se relacionar em uma sociedade de desigualdades, onde, portanto, continuam mantendo as relações classistas que conhecem da maneira mais amarga possível. Nesse sentido, entendo que as lutas de classes, tanto quanto as classes, continuam se movimentando em nosso tempo histórico.

## Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: **Outras histórias: memórias e linguagens** Org. Laura Antunes Maciel et al. São Paulo: Olho d’Água, 2006, p.44-60.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. Deveriam os pobres se Organizar? In: **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.391-408.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História.** São Paulo. n. 22, p. 79-104, Julho/2001.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História.** São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev./1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de novos valores.** São Paulo: EDUC, Série HIPÓTESE, 1995.

TELLES, Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social,** São Paulo, v. 18, nº1, p. 173-195, julho de 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 volumes.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser).** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Artigo recebido em 02/06/2010

Artigo aceito em 23/06/2010